II ENEHISP

CADERNO DE RESUMOS

Simpósio Temático 15

St15 POLÍTICAS INDIGENISTAS NA AMÉRICA LATINA:

Estado, disputas e povos indígenas

+ SESSÃO DE COMUNICAÇÃO LIVRE 3

COORDENADO POR



Stefany Caroline Pantoja Amorim

PPGH Unimontes – Programa de Pós Graduação em História Social

LAPPS ufjf – Laboratório de História Política e Social

Grupo de Estudos e Pesquisa do Pensamento Autoritário



CRONOGRAMA DE APRESENTAÇÕES

POLÍTICAS INDIGENISTAS NA AMÉRICA LATINA:

Estado, disputas e povos indígenas

8 DE OUTUBRO DAS 8H ÀS 12H | GOOGLE MEET

COORDENAÇÃO

Stefany Caroline Pantoja Amorim
Mestranda, Universidade Federal de Pelotas (UFPel). carolinepanamorim@gmail.com

Sessão mista. Reúne o Simpósio Temático 15 e a Sessão de Comunicação Livre 3, no mesmo dia e horário e sob a mesma coordenação. Primeiro são apresentados os trabalhos do Simpósio; em seguida, as comunicações livres.

SIMPÓSIO TEMÁTICO

8 de outubro, das 8h às 12h

ORDEM	TÍTULO DO TRABALHO	HORÁRIO
1	Processos de territorialização e disputas pela terra: a agência indígena na capitania da Paraíba do Norte (século XVIII)	8h10
2	Narcoecologia na Amazônia Legal: o avanço do narcotráfico e os impactos socioambientais sobre os povos originários	9h25
3	Do Temer ao Bolsonaro: o midiativismo da mídia indígena frente à necropolítica e à ascensão da extrema-direita (2015-2022)	9h50

SESSÃO DE COMUNICAÇÃO LIVRE 3

após as comunicações do Simpósio, na ordem abaixo

ORDEM	TÍTULO DO TRABALHO	HORÁRIO
1	Representações e apropriação da Cultura Policial Militar: análise crítica do uso do discurso político de Sobrevivendo no Inferno e de Elite da Tropa (1997-2020)	–
2	Ancestralidade, geracionalidade e usos políticos do tempo no Almas e Angola (Grande Florianópolis, 2024-2026)	–
3	A censura como coautora política nas telenovelas: uma análise de Anjo Mau (1976) e sua repercussão nos jornais Folha de São Paulo e O Globo	–
4	Apropriações Históricas e Reconfiguração Narrativa: uma análise de discursos sobre a Inquisição no YouTube	–

Processos de territorialização e disputas pela terra:
a agência indígena na capitania da Paraíba do Norte (século XVIII)

Kauan Andrick Barros Rolim[1]

As políticas indigenistas na América portuguesa tiveram na questão fundiária um de seus eixos mais conflituosos. Esta pesquisa propõe analisar as tensões territoriais e o processo de concessão de terras envolvendo populações nativas na Capitania da Paraíba do Norte durante o século XVIII, observando o avanço da apropriação luso-brasileira sobre esses mesmos espaços. O estudo fundamenta-se no cruzamento de cartas de sesmarias e da legislação do período com o intuito de compreender como a administração colonial e as elites locais articularam mecanismos jurídicos para consolidar domínios que, frequentemente, sobrepunham-se às áreas de ocupação tradicional. Em diálogo com a renovação historiográfica, o trabalho afasta a visão das populações originárias como meras espectadoras do processo de colonização. O foco recai na investigação das possibilidades de resistência e negociação articuladas por esses sujeitos às reformas nas instituições tutelares. A partir da investigação documental, procura-se identificar indícios das maneiras pelas quais os indígenas interpretaram e utilizaram as normativas coloniais para tentar assegurar a permanência em seus territórios. Ao problematizar o acesso à terra, a pesquisa levanta a hipótese de que o engajamento nas câmaras municipais e o uso estratégico das próprias leis do Império podem ter servido como ferramentas táticas de sobrevivência para as lideranças locais. O objetivo é demonstrar de que modo as políticas de demarcação na Paraíba ilustram um embate contínuo: de um lado, a expansão fundiária colonial; do outro, as prováveis estratégias dos povos indígenas na defesa de seus domínios frente às imposições do Estado.

Palavras-chave: Territorialização indígena; Conflitos fundiários; Paraíba do Norte.

[1] Graduando em História, Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). kaandrickbr@gmail.com

Narcoecologia na Amazônia Legal:
o avanço do narcotráfico e os impactos socioambientais sobre os povos originários

Wanderson André Barbosa Ferreira [2]

A Amazônia Legal ocupa posição estratégica para a preservação da biodiversidade, da diversidade sociocultural e da soberania nacional. Entretanto, a expansão do narcotráfico na região tem impulsionado um fenômeno denominado narcoecologia, caracterizado pela inter-relação entre organizações criminosas e crimes ambientais, como garimpo ilegal, desmatamento, grilagem de terras e exploração clandestina de recursos naturais. Esse cenário intensifica conflitos territoriais, ameaça a sobrevivência física e cultural dos povos indígenas e compromete a efetividade dos direitos fundamentais assegurados pela Constituição Federal de 1988, especialmente aqueles relacionados ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e aos direitos originários sobre as terras tradicionalmente ocupadas.

O presente estudo analisa os impactos socioambientais decorrentes da expansão do narcotráfico na Amazônia Legal, destacando como a atuação de organizações criminosas fragiliza a presença do Estado, favorece a violência contra comunidades tradicionais e dificulta a implementação de políticas públicas de proteção territorial e ambiental. A pesquisa adota abordagem qualitativa, baseada em revisão bibliográfica, análise documental e consulta a relatórios de órgãos públicos e organismos internacionais, buscando compreender as conexões entre criminalidade organizada, degradação ambiental e violações de direitos humanos.

Os resultados evidenciam que o narcotráfico deixou de representar apenas um problema de segurança pública, passando a constituir uma ameaça à ordem constitucional, ao desenvolvimento sustentável e à proteção dos povos originários. A ocupação ilegal de territórios, a destruição dos ecossistemas e a ampliação das redes criminosas comprometem direitos assegurados pelos artigos 225 e 231 da Constituição Federal, exigindo respostas estatais integradas e políticas públicas capazes de conciliar segurança, preservação ambiental e garantia dos direitos coletivos.

Conclui-se que o enfrentamento da narcoecologia demanda uma atuação articulada entre instituições públicas, sistema de justiça, órgãos ambientais e comunidades tradicionais, fortalecendo o constitucionalismo ecológico como instrumento de efetivação dos direitos fundamentais e de proteção da Amazônia. O estudo contribui para ampliar o debate jurídico sobre os desafios contemporâneos impostos pelo crime organizado transnacional à democracia, à justiça socioambiental e à concretização do Estado Democrático de Direito.

Palavras-chave: Narcoecologia; Amazônia Legal; Constitucionalismo Ecológico.

[2] Discente de Direito (10°semestre), Universidade da Amazônia (UNAMA). prandrebarbosa17@gmail.com

Do Temer ao Bolsonaro:
o midiativismo da mídia indígena frente à necropolítica e à ascensão da extrema-direita (2015-2022)

Priscila Fernanda dos Santos Loureiro [3]

Este estudo investiga o midiativismo indígena como tática de contrapoder e (re)existência frente à ascensão da extrema-direita e à consolidação de uma necropolítica de Estado no Brasil (2015-2022). O arco temporal compreende a inflexão político-institucional iniciada no governo Temer, caracterizada pela ofensiva neoliberal contra os direitos originários — consubstanciada no Parecer 001/2017 da AGU —, até a escalada autoritária e militarizada do governo Bolsonaro, culminando na crise humanitária da Covid-19. Problematiza-se como o ator político Mídia Indígena (fundado em 2015) apropria-se das plataformas digitais (Facebook, Instagram, X e YouTube) para subverter o silenciamento sistemático e a colonialidade algorítmica, transmutando a vulnerabilidade e o luto do corpo-território em redes de indignação e contravigilância cívica. O referencial teórico articula a categoria decolonial de corpo-território (Baniwa; ANMIGA) ao conceito de necropolítica de Mbembe, à performatividade de assembleia de Butler e às redes de contrapoder de Castells. Metodologicamente, adota-se uma abordagem qualitativa exploratório-descritiva pautada na pesquisa documental-digital, derivando de pesquisa de mestrado da autora (LOUREIRO, 2026). O corpus foi submetido à análise de conteúdo e performance e à análise de discurso, mapeando repertórios visuais e discursivos como a campanha #EleNão nas eleições de 2018, as denúncias de assassinatos de guardiões da floresta e a produção autônoma de dados epidemiológicos (etnoestatística) frente à subnotificação estatal na pandemia. Os resultados apontam que a tática de "demarcar as telas" rompe com o paradigma da tutela representacional e converte a infraestrutura das corporações tecnológicas em extensão material do território físico. A soberania narrativa afirma-se como um dispositivo de desobediência epistêmica indispensável, afirmando o corpo-território como sujeito político inconteste e demonstrando que a disputa pelos sentidos da democracia no espaço público contemporâneo exige, incontornavelmente, a garantia da vida e da integridade originária.

Palavras-chave: Midiativismo Indígena; Corpo-Território; Necropolítica; Extrema-Direita

[3] Doutoranda, PUC-Rio/IUPERJ-UCAM. loureiropriscila@id.uff.br

SESSÃO DE COMUNICAÇÃO LIVRE

SL3

Sessão de Comunicação Livre 3, realizada junto ao Simpósio Temático 15

8 de outubro das 8h às 12h · Coordenação: Stefany Caroline Pantoja Amorim

As Sessões de Comunicação Livre reúnem trabalhos aprovados no II ENEHISP e alocados pela Comissão Organizadora junto a um Simpósio Temático, ampliando o diálogo do Simpósio com outros temas da história política.

SL 3 . SESSÃO DE COMUNICAÇÃO LIVRE 3 junto ao ST 15

Representações e apropriação da Cultura Policial Militar:
análise crítica do uso do discurso político de Sobrevivendo no Inferno e de Elite da Tropa (1997-2020)

João Paulo Santos Marques[4]

Em 1997 os Racionais MC's denunciaram uma série de fatores excludentes e violentos ocorridos na periferia do estado de São Paulo – atrelados principalmente à desigualdade social e a violência policial, com o álbum Sobrevivendo no Inferno . A década de 90 tem como um de seus marcos as práticas de uma polícia autoritária que, mesmo após o movimento da redemocratização, trazia em seu cerne formativo a experiência da Ditadura Militar. De forma que a representação que um cidadão periférico tem das ações da polícia dentro do seu espaço são enxergadas de forma antagônica, os Racionais em Sobrevivendo no Inferno são porta-vozes do morador da periferia que sente e sofre com as mesmas práticas estigmatizantes advindas da Polícia Militar. Por outro lado, ancorados por uma série de signos, ritos e práticas, a PM como instituição coloca em seus agentes a manifestação de uma identidade que parte das vezes o resguarda de crimes cometidos em nome de Estado, como vemos em Elite da Tropa. A violência e a repressão, considerando a lógica de "o fim justifica os meios", se englobam nessa dinâmica, muitas vezes proferido contra o cidadão marginalizado – isso tudo de acordo com a avaliação dos pares que fazem parte dessa instituição. Assim sendo, trabalho versará sobre as representações possíveis existentes da Cultura Policial Militar nestes dois grupos: a própria Polícia Militar, considerando principalmente os agentes que atuam nas ruas, e o pressuposto tido pela população da periferia, das favelas, representados pela dinâmica do rap e dos Racionais MC's. Para além disso, averiguará a condição que tais representações da Cultura Policial Militar são assimiladas pelo grande público e podem ser utilizadas politicamente.

Palavras-chave: Cultura Policial Militar; Discursos Políticos; Sobrevivendo no Inferno.

[4] Mestre em História, Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). professorjota.div@gmail.com

SL3 . SESSÃO DE COMUNICAÇÃO LIVRE 3 junto ao ST15

Ancestralidade, geracionalidade e usos políticos do tempo no Almas e Angola (Grande Florianópolis, 2024-2026)

Muriel Custodio dos Passos[5]

Neste trabalho, busca-se examinar as políticas do tempo efetuadas na fabricação do Almas e Angola como objeto dos discursos histórico e antropológico, tomando como estudo de caso a Associação dos Terreiros de Umbanda do Ritual de Almas e Angola do Brasil (ATUAA). Analisam-se, para tal, as performances narrativas de lideranças desse segmento religioso registradas em formato audiovisual e veiculadas no YouTube entre 2024 e 2026 pelos projetos Memórias de Terreiro (Aya/UDESC) e Orixá me Disse! (Lara com Axé!). Pretende-se, ainda, adotar uma amostragem estratégica no sentido de registrar entrevistas autorais semiestruturadas com sujeitos pertinentes ao problema investigado. Pela natureza do problema historiográfico e do conjunto documental, o quadro teórico-metodológico articula história do tempo presente, história oral, teoria da história e história da historiografia. Outro aporte teórico-metodológico possível para a pesquisa é a etnografia das historicidades. A hipótese principal é que a relação com os ancestrais - sejam eles míticos ou históricos - é experienciada como continuidade intergeracional entre encarnados e desencarnados, orientando a atuação política das lideranças religiosas. As políticas do tempo constituintes das performances narrativas sobre a ATUAA visariam à sincronização de lideranças e praticantes do Almas e Angola num movimento político por legitimidade social no espaço público, mediando as relações entre os terreiros e o Estado. Com a abordagem das políticas do tempo, contribui-se para a história do tempo presente por meio da desnaturalização e historicização da distinção ontológica entre passado histórico e presente, evidenciando o caráter instrumental do tempo.

Palavras-chave: Almas e Angola; Políticas do Tempo; Performance Narrativa; Lideranças Religiosas; Ancestralidade.

[5] Doutorando/a, Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). muriel.tempodeagora@gmail.com

A censura como coautora política nas telenovelas:
uma análise de Anjo Mau (1976) e sua repercussão nos jornais Folha de São Paulo e O Globo

Anna Luisa Araujo Mascarenhas[6]

Apesar de ser o principal produto cultural brasileiro durante a década de 1970, com amplo alcance e, por consequência, ciosamente acompanhadas pela Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP) (Fico, 2002), as telenovelas representam uma lacuna nas pesquisas sobre censura. Pode-se pensar que esse fenômeno seja um resultado das especificidades do gênero, além da dificuldade de acesso aos arquivos audiovisuais. Nesse sentido, o presente trabalho é o início de uma pesquisa de mestrado que busca contribuir para ampliação desse campo de estudos na historiografia que vêm ganhando espaço nas últimas décadas.

A partir do acervo disponível no streaming Globoplay e nos pareceres censórios salvaguardados pelo Arquivo Nacional, busca-se analisar de que maneira a DCDP atuou como uma coautora política da telenovela Anjo Mau (1976) de Cassiano Gabus Mendes, autor fundamental para história da televisão brasileira. A obra conta a história de Nice (Susana Vieira), uma jovem ambiciosa que ao ser contratada como babá na mansão dos Medeiros, vê em Rodrigo (José Wilker), filho mais velho da família, uma chance de ascender socialmente e, para isso, estaria disposta a tudo Observamos que aproximadamente 38% da telenovela foi censurada. A maioria dos vetos estavam circunscritos a questões comportamentias (jogos de azar, infidelidade conjugal, mentiras, agressividade, longas cenas de beijo, qualquer insinuação a relações sexuais, diálogos que incentivem a separação conjugal e cenas de humilhação). Pode-se notar também exigências vindas da DCDP de alterações da primeira sinopse, mudando assim os rumos da protagonista além de correspondências entre a emissora e a DCDP que, ao apontarem permanentes inadequações na trama, fizeram com que a obra fosse ganhando cada vez mais tom humorístico. Extrapolando a função repressiva, a DCDP intervia diretamente nos rumos narrativos da obra e assumindo, em determinados momentos, um papel próximo ao de coautoria.

Nos jornais estudados, apesar da telenovela se destacar nos periódicos, a censura aparece como um detalhe. No entanto, algumas exceções estão presentes na Folha de São Paulo que, pontualmente, reflete sobre o caráter da censura e suas implicações. Uma vez que os dois jornais possuíam íntima relação com o regime militar, podemos pensar que O Globo, ao expor como a novela teria sido censurada, poderia prejudicar sua própria emissora e perder privilégios e, por isso, privilegiava curiosidades sobre os bastidores e entrevistas.

Palavras-chave: Censura; Telenovelas; Ditadura Militar

[6] Mestranda, PPGHS-USP. anna.mascarenhas@usp.br

Apropriações Históricas e Reconfiguração Narrativa:
uma análise de discursos sobre a Inquisição no YouTube

Adson Rodrigo Silva Pinheiro [7]
Leonardo Coutinho Lourenço [8]

A presente comunicação examina processos de apropriação, recontextualização e distorção de narrativas históricas sobre a Inquisição em ambientes digitais, particularmente através de vídeos publicados no YouTube. Com base em perspectivas analíticas que entrelaçam História Pública, História Moderna e estudos de cultura digital, analisamos como grupos conservadores e reacionários mobilizam imaginários sobre a Inquisição para fundamentar posicionamentos político-ideológicos contemporâneos. A investigação privilegia a análise sistemática dos comentários de vídeos como espaço privilegiado de produção, negociação e legitimação de sentidos históricos. Os comentários funcionam não apenas como resposta ao conteúdo videográfico, mas como arena onde se explicitam operações discursivas de descontextualização, falsificação histórica e violência epistemológica contra pesquisas acadêmicas metodologicamente orientadas. Através da análise qualitativa dos comentários, identificamos padrões retóricos, recursos argumentativos recorrentes e estratégias de desqualificação do conhecimento especializado. Observamos ainda como essas negociações narrativas produzem efeitos político-sociais através da disputa por hegemonia interpretativa sobre o passado, simultaneamente promovendo o apagamento de violências históricas e legitimando projetos políticos contemporâneos. Assim, os comentários revelam-se como importantes fontes para compreender processos de ressignificação política da história em contextos de polarização.

Palavras-chave: História Pública; Cultura Digital; Narrativas Históricas; Inquisição; Análise de Comentários

[7] Doutor em História, Universidade Federal Fluminense (UFF). adson.rodrigo@gmail.com

[8] Doutor em História, Universidade Federal Fluminense (UFF). leonardocl.leonardo@gmail.com

II ENEHISP

PPGH Unimontes
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

LAPPS ufjf
LABORATÓRIO DE HISTÓRIA POLÍTICA E SOCIAL



Grupo de
Estudos e Pesquisa do
Pensamento Autoritário